

Juventude, trabalho e Educação: uma análise das políticas públicas de inserção dos jovens no mundo do trabalho

Youth, work and education: a review of public policy integration of young people into the labor market.

Caliane Costa dos Santos da Conceição

Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia da UFRB.

caliane_csc@hotmail.com

Jessica de Jesus Almeida

Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia da UFRB. email:

jessi.almeida22@hotmail.com

Resumo: O presente artigo visa analisar em que medida as políticas públicas voltadas para a juventude tem conseguido os beneficiar promovendo a inserção no mundo do trabalho, visto que por meio do trabalho é possível a construção da dignidade humana. Há inúmeras políticas sejam elas em âmbitos federais e regionais que buscam promover a inserção desses jovens, no entanto, há muitas dificuldades a serem superadas para que esses consigam se inserir no mundo do trabalho, pois a qualificação oferecida nos programas não tem conseguido promover a colocação dos mesmos no mercado, visto que diversos fatores além da qualificação influenciam na contratação do indivíduo tais como, experiência, cor/raça, gênero, condição socioeconômica, funcionamento do mercado de trabalho, entre outras. Nesse sentido aqui serão refletidos alguns problemas que giram em torno da juventude e sua relação com o trabalho e também serão apontado possíveis soluções para essa problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Políticas Públicas; mercado de trabalho.

ABSTRACT: This article aims to analyze to which the extent public policies for young people have been able to benefit them in a way to get them off the streets and promote the integration into the labor market, considering that, through work, it is possible the construction of dignity human. There are numerous policies, whether at federal and regional levels, which seek to promote the integration of these young people in the labor market. However, there are many difficulties to be overwhelmed so that these young people are able to enter the world of work, as the qualification offered in the public programs have not been able to promote their hiring, since not only qualification but many other factors influence the hiring of such individual how, experience, color/race, gender, socioeconomic status, among others. In this sense, some issues that involve young people and their relationship with work are going to be discussed here. Besides that, some possible solutions to this problem are going to be pointed out.

Keywords: Young people; Public Policies; Labor Market.

Introdução

São inúmeros valores atribuídos à categoria juventude, a qual por vezes é vista como a porta de saída para um futuro melhor e em muitos casos é vista como a categoria causadora de diversos problemas existentes na sociedade, os quais fazem com que os jovens engrossem a cada dia as fileiras da marginalidade. Tal situação suscita a necessidade de políticas voltadas para os jovens a fim de criar planos para que protejam essa categoria e promova oportunidades para que os problemas relacionados à juventude sejam amenizados ou até mesmo solucionados completamente.

A juventude enquanto categoria analítica tem conseguido algumas conquistas nos últimos anos em termos de políticas públicas, no campo acadêmico as pesquisas sobre juventude tem se intensificado, diversos fatores tem influenciado para que os jovens sejam alvos de pesquisas, um dos fatores que tem marcado negativamente a vida dos jovens brasileiros em geral e que tem chamado atenção do poder público é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Tal fato tem sido evidenciado pelas pesquisas (CORDEIRO, 2009; BRAGA, VIDAL e NEVES, 2010; GARCIA, 2009) de modo recorrente, o que tem influenciado para a criação de políticas que visem a inserção destes jovens no mercado de trabalho.

Com a criação de tais políticas para a juventude toda a sociedade será beneficiada, pois a partir dessa prática os jovens assumirão o papel de “futuro” na sociedade e tal posicionamento proporcionará melhoria para toda a população. A partir do momento que os jovens forem assistidos por programas que visem o acesso e a permanência no mercado de trabalho por meio da educação, as famílias brasileiras terão melhoria em sua qualidade de vida, pois a educação exerce grande poder de mudança na vida dos indivíduos.

Juventude e acesso ao mercado de trabalho

As juventudes¹ brasileiras vivem atualmente uma situação complexa de acesso ao emprego, situação essa que infelizmente não se restringe apenas a esta categoria, mas se alastra entre muitos (as) brasileiros (as). Quando se trata dos (as) jovens, a situação se

¹ Trouxemos o termo “juventudes” por considerar que esta categoria é diversa, no que tange a cor/raça, gênero, condição social e outros fatores que podem influenciar diretamente na maneira como cada jovem vive a sua juventude.

torna mais conflituosa pelo fato de muitos estarem em busca do primeiro emprego e, por isso não tem experiência profissional, pelo menos não registrada em carteira, fator que tem influenciado na contratação dos mesmos, já que para as empresas significaria gastos com treinamento, como aponta Corrochano (2011),

Para os jovens mais velhos ou com mais anos de trabalho, faltam o registro em carteira, fazendo com que os empregadores os percebam como sem experiência, ainda que possam ter inúmeras vivências profissionais e estejam há muito tempo inseridos no mercado de trabalho informal” (p. 54).

A inserção no mercado informal tem sido muito comum entre os jovens, principalmente pelo contexto econômico atual, o crescimento do mercado informal e a rotatividade que tem permeado a vida dessas pessoas,

Os dados da Pnad 2011 indicam que houve uma redução desse déficit, mas ainda é elevado o percentual de jovens ocupados na informalidade e desempregados, que é de 56,1% da PEA juvenil de 15 a 24 anos. [...] Contudo, a precarização do trabalho não atinge os jovens da mesma forma, apresentando variações importantes conforme a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos e o perfil da juventude trabalhadora (sexo, cor, escolaridade e nível de renda) (OLIVEIRA, 2013, p. 170 e 173).

A inserção no mundo do trabalho para os jovens significa uma transição importante em que se adquire mais autonomia e confiança, já que se passa necessariamente a ter mais responsabilidade e enquadramento na rotina que o mercado impõe. Na pesquisa realizada por Matos, sobre “*A condição estudante-trabalhador e o sentido da escola: Um estudo de caso com jovens rurais do Ensino Médio Noturno no município de Amargosa- Bahia*”, os jovens apontam sobre o lugar do trabalho em suas vidas afirmando que,

é a forma de poder me manter na vida”, “é importante porque através do dinheiro podemos comprar as coisas que a gente precisa como a comida, as roupas e também serve pra pagar as contas”, “ter o nosso”, “principalmente pra não depender dos outros”, “é importante pra você ter uma renda”, “porque você pode ter seu dinheiro, pode ser mais independente”, “serve para ajudar os pais”, “você pode comprar suas coisas sem está pedindo a pai e mãe (2013, p. 70).

A partir disso, pode se constatar que para os jovens trabalhar é mais que um meio para se obter autonomia para comprar suas coisas, mas também uma necessidade para ajudar a família e deixar de depender da mesma. A referida pesquisa ainda revela que, “os jovens são submetidos a experiências de trabalhos informais, e com má remuneração”, o que sugere uma precarização da mão de obra juvenil.

Cabe ressaltar aqui, por considerarmos de suma importância algumas questões que influenciam no acesso ao trabalho como: cor/raça, gênero, condição socioeconômica, entre outras que têm grande influência e que devem ser levadas em consideração quando se faz este tipo de análise, para elucidar apontaremos algumas informações que revelam as diferenças existentes, traremos alguns dados apontados por OLIVEIRA em relação à participação dos jovens no mercado de trabalho segundo estes fatores,

No que se refere ao recorte de gênero, os estudos sobre a transição de jovens para a vida adulta apontam que tradicionalmente há modelos diferenciados para homens e mulheres. A transição masculina é marcada por um conjunto de mudanças que englobam a conclusão dos estudos, seguida de inserção no mercado de trabalho, saída das casas dos pais, casamento e constituição de família; enquanto que na transição feminina, o ingresso no mercado de trabalho após os estudos não é um delimitador da entrada na vida adulta, sendo mais comum o casamento e a constituição de nova família.[...] Para os jovens com renda per capita de até um salário mínimo, a razão inversa entre estudos e trabalho se mostra mais intensa[...]Em contraponto, os jovens que residem em domicílio com renda per capita de cinco ou mais salários mínimos, permanecem por mais tempo na escola e ingressam tardiamente no mercado de trabalho (2013, p. 160 e 173).

Ainda há outro fator que contribui para dificultar o acesso do jovem ao mercado de trabalho, a difícil tarefa de conciliar o trabalho e o estudo. Na maioria das vezes carga excessiva de trabalho não permite a esses jovens continuar seus estudos, o que os condena a viver em uma situação de trabalho precário, pois atualmente o mercado tem exigido além da experiência profissional como já citamos uma mão de obra que seja qualificada.

Partindo do pressuposto de que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora (OLIVEIRA, 2013), observa-se a necessidade latente de políticas públicas que promovam a inserção de jovens no mercado de trabalho, contudo, a nova morfologia característica do mercado de trabalho nos 2000, tem gerado alguns impasses. Pois neste

novo modelo de estruturação do mercado de trabalho, caracterizado, sobretudo pela flexibilização, tem refletido no aumento do número de trabalhos precários e temporários.

Nesse contexto, exige-se que o trabalhador seja também flexível, que se adapte com facilidade as novas condições de trabalho, entretanto, a escola estatal que tem servido, desde sua gênese, aos interesses da camada social hegemônica, não tem oferecido esta formação para os jovens trabalhadores. A falta de qualificação pode ser um fator que contribua para que os jovens permaneçam à margem da empregabilidade, Segundo Saviani, estamos vivendo

[...] “a era das máquinas inteligentes”. Em consequência, também as qualificações intelectuais específicas tendem a desaparecer, o que traz como contrapartida a elevação do patamar de qualificação geral. Parece, pois, que estamos atingindo o limiar da consumação do processo de constituição da escola como forma principal, dominante e generalizada de educação (2014, p.11).

Para o autor, a escola como principal instituição educativa tem a responsabilidade, nesta conjuntura, de possibilitar aos estudantes uma formação geral, que lhes permitam se adequar as novas exigências do mercado de trabalho, um ideal próximo a utopia omnilateral, em que esses jovens pudessem desenvolver todas as habilidades que possuem em potencial. Diante deste quadro questionamos em que medida as políticas públicas voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem conseguido qualificá-los? Acreditamos que este seja um dilema que perpassa a vida de muitos jovens brasileiros.

Políticas Públicas

Antes de analisar as políticas públicas para a juventude, faz necessário contextualizar como surge a discussão sobre este campo do conhecimento. Nos últimos anos há uma considerável atenção voltada para a relevância das Políticas Públicas, a qual é considerada uma importante área de conhecimento. Tal área nasceu nos Estados Unidos na década de 50, a partir daí estudos relacionados à ela começa a se expandir, mais tarde na Europa precisamente na Alemanha na década de 1970 os estudos começam a ganhar força. Já no Brasil estudos relacionados às Políticas Publicas é algo recente. A partir de

algumas leituras de autores que discutem a temática fica visível que há inúmeras definições de diferentes autores sobre Políticas Públicas, de acordo com Sousa (2006, p. 24)

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Há também definições que às apontam como soluções de problemas, no entanto, é de se considerar que todas as definições direcionam a atenção para ações ligadas ao governo. Diante disso pode-se considerar essa área do conhecimento como afirma (SOUSA 2006, p. 26) uma forma de, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” Assim fica evidente que a medida que os governos realizam ações que promovam mudanças para melhorar uma realidade, estão sendo pondo em prática os diversos conceitos apresentados do que viria ser “Política Pública”.

Ações tomadas pelo governo que buscam dá assistência às classes populares são denominadas também de políticas sociais a qual segundo Holfing (2001)

[...]se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

O surgimento dessas políticas se deu em meio a um debate existente entre o setor do mercado e a economia e setor público e tinha como principal objetivo a criação de ações que diminuísse os efeitos do capitalismo e promovesse aos cidadãos o acesso aos direitos sociais. Para que isso acontecesse passa a ser responsabilidade do estado a

articulação de propostas e práticas que promovessem a superação das desigualdades sociais e para que isso fosse possível seria necessário que os direitos sociais estivesse ao alcance de todos provocando o bem-estar social, o qual permitiria que os indivíduos levassem uma vida digna. Nessa disputa entre setor público e setor de mercado o direito ao emprego é visto como importante ferramenta para que essa problemática fosse suplantada. Nesse cenário a criação de políticas sociais se deu como forma de controlar o mercado.

No Brasil é de suma importância a existência dessas políticas, visto que no país a desigualdade social é gritante e assustadora. A inserção dos sujeitos que vivem a margem da sociedade no mercado de trabalho, caracteriza uma forma eficaz de minimizar tamanha desigualdade, pois por meio do trabalho é possível que os indivíduos vivam com dignidade e sejam responsáveis por sua própria fonte de renda.

No que tange a juventude, fator que norteará essa discussão, é de grande valia que seja direcionado um olhar especial para os sujeitos que fazem parte dessa categoria, visto que os mesmos vivem em um momento de transição, no qual a inserção no mundo do trabalho é decisiva para sua visibilidade na sociedade. A partir da década de 90 as políticas públicas voltadas para a juventude passam a ser considerada importante, para que isso acontecesse foram necessários empenhos de muitos pesquisadores e movimentos que estavam preocupados com as especificidades dessa categoria que necessita de programas específicos e que estejam de acordo com a demanda do meio social em que estão inseridos. De acordo com Vaz, et al (2006, p. 6)

[...] o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional.

Partindo do pressuposto de que os jovens são responsáveis pelo “desenvolvimento nacional”, a atenção do governo precisa está voltada em grande parcela para essa categoria e passar a enxerga-la de fato como sujeitos de direitos e não como causadores de problemas para a sociedade. Pois a medida que os jovens encontrarem incentivos e vejam seus direitos na prática haverá melhoria na condição de vida não somente nas

famílias desses sujeitos, mas na sociedade como um todo, visto que essas famílias são parte dessa sociedade.

Políticas públicas e inserção dos jovens no mercado de trabalho

Os primeiros esforços para colocar a juventude na agenda social se deram na década de 1990, quando igrejas e organizações não governamentais colocam a juventude em pauta, iniciativa que visava inicialmente atingir os jovens em situação de vulnerabilidade e/ou de riscos, entretanto esse olhar vai se modificando e a juventude deixa de ser vista como uma fase de transição e passa a ser tida "como sujeitos de direitos que demanda políticas públicas específicas". A partir dos anos 2000, grupos, movimentos sociais e a juventude organizada reivindicavam a criação de políticas públicas que atendessem as suas demandas, como consequência de muitos esforços em 2004 a comissão interministerial cria como resultados dessas lutas, "por Medida Provisória convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)" (Cartilha de políticas públicas, 2013). Podemos considerar que este foi um momento crucial em relação a política nacional para juventude e para a integração de políticas para inclusão dos jovens.

A secretária Nacional da juventude (SNJ), criada em 2004 tem como tarefa "formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis" (Cartilha de políticas públicas, 2013). A SNJ realizou desde sua implantação alguns programas e ações direcionadas a juventude especificamente sobre a categoria trabalho, como por exemplo, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e

Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural, que tem como objetivos de um dos seus eixos,

“criar políticas públicas de fomento específica para a juventude da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo iniciativas de geração de renda para os e as jovens rurais, além de promover o associativismo, o cooperativismo e formas de economia solidária” (BRASIL, 2014, p.2).

Esta ação é realizada pela SNJ em parceria com ações do governo que corroboram com a Política Nacional para a Juventude. Já o Conselho Nacional de Juventude CONJUVE, tem como atribuição “formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais” (Cartilha de políticas públicas, 2013). Este é o primeiro Conselho de Juventude da América Latina, o mesmo é composto por representantes do poder público e da sociedade civil, que se somam em um total de sessenta membros.

Em relação ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM, “visa reintegrar esses jovens à escola, oferecendo-lhes qualificação profissional e acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer”, inicialmente este programa atendia a jovens entre 15 a 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental. Visando ampliar o número de beneficiados em 2007 o Programa integrou outros seis programas voltados para jovens (o próprio Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica) passando a dividir em modalidades.

Atualmente, o Projovem Integrado possui quatro modalidades, que são executadas por diferentes Ministérios. O antigo Projovem, denominado Projovem Urbano, foi transferido em 2012 da Secretaria Nacional de Juventude para o Ministério da Educação, que também é responsável pelo Projovem Campo. Temos, ainda, o Projovem Trabalhador, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego e o Projovem Adolescente, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Projovem trabalhador tem como tarefa “Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar do Programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo”. O programa é desenvolvido em parceria com os municípios e com outros programas sociais, busca a qualificação de todos os jovens, no entanto propõe a inserção de apenas 30% deles no mercado de trabalho.

Podemos citar outras experiências, mas em âmbitos regional que buscam a inserção de jovens no mundo do trabalho como o “programa *Meu Primeiro Emprego*² do

² Tem objetivo declarado de promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas de trabalho e das micro, pequenas e médias empresas, bem como das propriedades do setor rural no Estado do Rio Grande do Sul, fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

governo do estado do Rio Grande do Sul; o programa *Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho*³ do governo do estado de São Paulo e o programa *Primeiro Emprego*⁴ do governo do estado de Pernambuco”. São programas que visam inserir o jovem no mercado de trabalho alguns preocupados com a relação trabalho e educação, estimulando os jovens que querem concluir a sua escolarização média, mas também aqueles que não visam proporcionar aos jovens a possibilidade de emancipação por meio da estabilidade no emprego colaborando para que os jovens permaneçam em uma condição precária de trabalho.

No âmbito juvenil a criação de programas que proporcionam a entrada desses sujeitos no mercado de trabalho, caracteriza-se como uma porta de saída para que esses não continuem engrossando ainda mais as fileiras da marginalidade. Visto que o “ser jovem” infelizmente na mente de muitos indivíduos está relacionado ao mundo do crime, e depositam no acesso ao trabalho uma forma de reverter essa situação.

De um modo em geral as políticas para juventude, desenvolvidas a partir da última década, tem retomado a perspectiva *integracionista* do jovem, sendo que a maioria delas opera com a figura da “juventude perigosa” que necessita de uma intervenção da sociedade civil e do Estado a fim de assegurar a sua transição para o mundo adulto. (OLIVEIRA, 2013, p. 209).

No entanto, a inserção no mundo do trabalho deve está atrelada a educação, para que os jovens a medida que estiverem matriculados devidamente na escola tenham formação e acesso ao mundo do trabalho. Para isso é necessário que seja oferecida uma educação capaz de preparar esses jovens.

³ Trata-se, segundo a Secretaria Estadual de Relações de Trabalho (SERT), de um estágio, sem vínculo empregatício, sem estabilidade de qualquer natureza, que têm por objetivo se constituir na grande oportunidade dos jovens em São Paulo, conhecerem o mundo do trabalho.

⁴ Tem como objetivos estimular a criação de novos postos de trabalho em Pernambuco e garantir que os jovens com idade entre 16 e 24 anos possam obter a sua primeira experiência profissional. No programa está prevista a priorização do acesso à jovens estudantes ou egressos da escola pública e pertencentes a famílias de baixa renda

Considerações finais

Há inúmeras maneiras de promover avanços na sociedade por meio da juventude como, por exemplo, com a educação é possível originar não somente o saber formal, mas é possível criar mecanismos para que os jovens matriculados nas escolas saiam com capacitação para adentrarem no mercado de trabalho. Tal medida deve ser criada pensando na demanda que determinada sociedade oferece em grande escala para que esses jovens consigam pôr em prática o que por eles foram aprendidos e consigam se inserir de imediato no mercado de trabalho. Outra forma muito pertinente é por meio do esporte com a criação de centros esportivos e quadras poli esportivas, tal medida oferece não somente oportunidades para que os jovens deixem as ruas, como também avanços na qualidade de vida e na saúde. Devido ao grande avanço tecnológico é de suma importância que sejam criadas também políticas voltadas para a inclusão digital, visto que nos dias atuais o saber tecnológico se posiciona como algo decisivo para a entrada ou não de determinado indivíduo no mercado de trabalho.

Diante da grande importância de atrair os jovens a ocupar seu papel de responsável pelo futuro de um país percebe-se que a criação de ações voltadas para eles é caracterizada como investimento e não um gasto. Com a criação de tais ações é possível prevenir problemas como violência e criminalidade, o qual exigirá gastos maiores, como por exemplo, com questões judiciais, segurança, qualidade de vida instável, entre outros. Com investimentos principalmente na área da educação é possível sanar inúmeros problemas que giram em torno do “ser jovem”. É sabido que existe inúmeros desafios a serem superados, visto que para solucionar tal problemática não depende apenas do setor educação, mas de políticas macro econômicas que vão influenciar a dinâmica do mercado de trabalho.

Em suma, percebemos que o acesso ao mundo do trabalho de forma qualificada torna-se cada dia mais difícil para os (as) jovens, principalmente para aqueles que estão em busca do primeiro emprego, e quando se leva em conta as categorias gênero, cor/raça, condições socioeconômicas a situação é mais agravante. Por isso, tem-se a necessidade de políticas públicas que busquem inserir os jovens no mercado de trabalho, mas que, sobretudo, os qualifique, pois para estes torna-se complexo na maioria das vezes, conciliar trabalho e estudo. As políticas públicas em âmbito Federal que buscam integrar jovens, mais especificamente as que visam inseri-los no mercado de trabalho, ainda não tem

conseguido paralelamente qualificar e inserir os jovens de maneira eficiente no mercado de trabalho, assim só aumenta os índices de precarização do trabalho juvenil, apesar de outras iniciativas entre os municípios buscarem esta inserção a dificuldade ainda é muito grande.

Referências

BRAGA. Thaiz, VIDAL. Francisco, NEVES. Laumar (orgs). **Trabalho em questão: série estudos e pesquisa**– Salvador: SEI, 2010.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude**. Acesso em: 02/ 03/ 2014. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/acessoainformacao/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>

_____. **Secretaria Nacional de Juventude**. Acesso em: 02/ 03/ 2014. Disponível em www.juventude.gov.br.

_____. **Pro Jovem Trabalhador**. Acesso em: 02/ 03/ 2014 Disponível em: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm

BÚRIGO. Beatriz Demboski; EUGENIO. Jessica Daminelli. SOUZA. Ismael Francisco de. **O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) como política pública específica para jovens**. Acesso em: 09/ 03/ 2014. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12050&revista_caderno=12

CARVALHO. Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas**. Acesso em 05/ 03/ 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>.

CORDEIRO. Denise. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedade**. – Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

GARCIA. Dirce Maria Falcone. **Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho**. – São Paulo: Annablume; Belo horizonte: Fapemig, 2009.

GIMENEZ. Denis Maracci. **Políticas de Inserção dos Jovens No Mercado de Trabalho: Uma Reflexão Sobre as Políticas Públicas e a Experiência Brasileira Recente**. Acesso em: 05/03/ 2014 Disponível em: http://prejal.oit.org.pe/prejal/docs/bib/200711170002_4_2_0.pdf.

HOLFLING. Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Campinas, v.21, n55, p.30-41, novembro.2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 16/10/14.

OLIVEIRA. Luiz Paulo Jesus de. **FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**. Salvador, 2013.

PAPA; Fernanda de Carvalho. FREITAS. **Marília Virgínia de. Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. - São Paulo: Petrópolis, 2011.

PAPA; Fernanda de Carvalho. FREITAS. **Marília Virgínia de. Políticas públicas no Brasil: juventude em pauta**. - 2 ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI. Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Disponível em: http://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf. Acesso em: 15/12/2014.

Souza. Celna. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, ano 8, n°16, julho\ dezembro, 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 02-03-2015.

VAZ. Dorian. et al. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://secretariageral.gov.br/.arquivos/guiajuventude.pdf> . Acesso em: 02-03-2015.